

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE
JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO
ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 1-1 / 6-2 / 11-3 / 22-4 INDEFERIDO

A ausência de vírgula antes da oração mostra que se trata de uma restrição (oração adjetiva restritiva) e não uma explicação. O adjetivo “sensacionalista” mostra um defeito, como “banalização” e “frivolidade” (A); os termos destacados representam, respectivamente, um paciente e um agente (B); “sintomas” indica sinais e não as causas (C); o termo “um mal maior” é explicitado na frase seguinte e não em um termo anterior.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 4-1 / 24-2 / 27-3 / 9-4 INDEFERIDO

A formulação da opção (E) já indica os processos humorísticos, todos eles apoiados em algo inesperado, como ensina a teoria dos textos.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 5-1 / 26-2 / 21-3 / 23-4 INDEFERIDO
--

Sabidão é uma formação popular irregular de superlativo. Nas demais opções não há qualquer palavra caracterizada, nos dicionários, como de uso popular.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 6-1 / 12-2 / 23-3 / 26-4 INDEFERIDO
--

O emprego da primeira pessoa do plural envolve o locutor e o destinatário (nós temos; irmãos nossos), já que se prende às pessoas do locutor e do ouvinte.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 7-1 / 20-2 / 28-3 / 17-4 INDEFERIDO
--

A frase atribui uma ação incoerente ao sujeito “irritação”. Em todas as demais frases há palavras com sinônimos adequados, segundo os modernos dicionários de Língua Portuguesa.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 11-1 / 1-2 / 8-3 / 19-4 INDEFERIDO

O substantivo de “prover” é “provisão”; “proveniência” é substantivo cognato de “provir”; em todas as demais opções os substantivos cognatos estão adequados, conforme os dicionários de Língua Portuguesa.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE
JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO
ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 12-1 / 10-2 / 1-3 / 4-4 INDEFERIDO

Como apontou o gabarito, a alternativa A é a única correta. O narrador não participa diretamente da ação do protagonista, sendo meramente observador das ações do outro. A ausência de opiniões e o distanciamento mostram isso. Além disso, a presença de primeira pessoa no texto permite identificar que o narrador é também um personagem.

A incorreção da alternativa B está vinculada ao “forte apelo sentimental”, o qual não se observa no texto. Com relação à letra C, a narração é feita em primeira pessoa. Sobre a letra D, não há no texto a determinação de um dia. Por fim, quanto à opção E, não há no texto elemento que indique que a curiosidade do narrador cresce à medida que ele narra.

Portanto, mantém-se o gabarito oficial.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE
JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO
ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 14-1 / 3-2 / 16-3 / 29-4 INDEFERIDO

A alternativa B é a única a apresentar substituição da estrutura “fazer + infinitivo” de forma coerente. Isso porque, embora os verbos à direita possam ser sinônimos dos verbos à esquerda, é preciso analisar o contexto em que empregados. Assim, não basta estar dicionarizado o significado semelhante; é necessário que o sinônimo possa ser empregado na frase proposta sem modificação do sentido original.

A seguir, analisa-se cada uma das possibilidades de resposta:

Alternativa A: “Fazer desaparecer um cartaz de rua”: equivale a “suprimir”, “retirar”.

Alternativa B: “Fazer surgir um protesto violento”: equivale a “dar causa a”, “provocar”.

Alternativa C: “Fazer renascer o fogo”: equivale a “reacender”.

Alternativa D: “Fazer reviver um morto”: equivale a “ressuscitar”.

Alternativa E: “Fazer cessar uma lei”: equivale a “extinguir”.

Portanto, mantém-se o gabarito oficial.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 16-1 / 28-2 / 4-3 / 6-4 INDEFERIDO

A descrição mostra dados físicos sobre a cabeça e dados psicológicos a partir dos olhos inquietos e sua pouca compreensão do mundo à sua volta. Não há descrição do corpo do personagem (A), não há dados negativos sobre ele (B), não há menção de qualidades e defeitos do personagem, pois o texto limita-se a descrever a cabeça de Dvorak, e, por se tratar de uma descrição, não há referência a nenhuma evolução temporal do personagem.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE
JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO
ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 17-1 / 14-2 / 29-3 / 15-4 INDEFERIDO
--

Proteu era um deus grego capaz de transformar-se, empregado como metáfora do aço; o segundo período nega enumeração; os períodos (4) e (5) apresentam o mesmo argumento, com distintos vocábulos; o período (6) nada conclui, mas acrescenta um novo argumento, o das imensas possibilidades do aço; os argumentos apresentados partem do conhecimento geral e não mostram relação com o passado histórico.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE
JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO
ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 19-1 / 7-2 / 17-3 / 13-4 INDEFERIDO

A opção E é a única a apresentar proposta de modificação que atenua o caráter pejorativo do texto, porém sem modificar seu sentido original.

Os candidatos se insurgiram contra o gabarito, defendendo as letras A e B como possíveis respostas.

Alternativa A: “Heitor não gosta de trabalhar” é uma reescrita possível para “Heitor é um vagabundo”. Mantém seu sentido e atenua o caráter pejorativo. O fato de haver nos dicionários mais de um sentido possível para o verbete “vagabundo” não torna inválida a relação de sinonímia com “não gostar de trabalhar”. Inclusive, um dos sinônimos que o Dicionário Aulete apresenta é “desocupado”.

Alternativa B: “A empresa não teve sucesso” é uma reescrita possível para “A empresa faliu”. É importante lembrar que a questão solicitava, além de manutenção do sentido, atenuação do caráter pejorativo. Uma das formas de não se ter sucesso em uma empresa é justamente falir.

Portanto, mantém-se o gabarito oficial.

Fonte: Dicionário Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/vagabundo>.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 20-1 / 25-2 / 25-3 / 3-4 INDEFERIDO
--

O argumento de autoridade se apoia sobre o valor suposto de seu enunciador. Faz-se referência a uma autoridade para justificar essa ou aquela ideia, independentemente de qualquer demonstração. Todas as demais opções falam da estrutura geral da argumentação, cuja finalidade é convencer ou persuadir, apoiando ou opondo-se a uma tese, a partir de um argumentador que emprega argumentos adequados ao público-alvo.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE
JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO
ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 21-1 / 29-2 / 18-3 / 10-4 INDEFERIDO
--

Um exemplo não justifica uma tese e a prova disso é que dá sempre oportunidade a um contraexemplo (opção B); como o texto só aborda o prejuízo econômico, sem tomar partido, a opção (A) está errada; na opção (C), o papel dos exemplos está exagerado e a utilização de exemplos como argumentos sempre permite a apresentação de exemplos contrários; na opção (D), não há qualquer referência a estudos ou pesquisas; na opção (E), a existência de exemplos contrários não mostra obrigatoriamente erros de ambas as partes, sendo mais comum que uma das partes esteja correta.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE
JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO
ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 22-1 / 13-2 / 20-3 / 1-4 INDEFERIDO
--

Os recorrentes sustentaram a correção das alternativas A e C. Contudo, não se verifica no texto uma tese exposta por outro autor, à qual se possa aderir. Em seu texto, Mario Vargas Llosa não cita outrem, apenas discorre livremente sobre o tema.

Da mesma forma, não se encontra confrontação entre dois argumentos. Diferentemente do que foi alegado em recurso, “é provável que nunca na história humana tenham sido escritos tantos tratados, ensaios, teorias e análises sobre a cultura como em nosso tempo” e “esse vocábulo, está prestes a desaparecer em nossos dias” não são argumentos contrários. São apenas afirmações em que uma complementa a outra. A introdução da segunda afirmação citada – “o fato é ainda mais surpreendente” – ajuda a entender isso. Ou seja, ambos os fatos mencionados são surpreendentes. Veja-se que não há contrariedade, mas sim complementaridade.

Portanto, mantém-se o gabarito oficial.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 25-1 / 16-2 / 7-3 / 25-4 INDEFERIDO
--

“Mal-educada” representa uma visão subjetiva, já que se trata da atribuição de uma qualidade ou defeito (opção C). As opções (A) e (E) mostram adjetivos de relação, enquanto (B) e (D) mostram características.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 26-1 / 30-2 / 10-3 / 24-4 INDEFERIDO

Não há referências sobre a origem da palavra (etimologia); a informação entre colchetes é sobre a sua formação. A etimologia supõe a origem da palavra, presa a um outro idioma.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **LÍNGUA PORTUGUESA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 29-1 / 18-2 / 6-3 / 11-4 INDEFERIDO
--

A frase da opção (B) explicita a razão da frase anterior; em (A), há oposição; em (C), explicação; em (D), paralelismo; em (E), causa ou explicação.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 43-1 / 49-2 / 52-3 / 59-4 INDEFERIDO

A resposta correta à questão é a que faz menção à participação social por parte dos demandantes da Política de Assistência Social através das suas organizações representativas, o que está previsto na legislação pertinente (LOAS nº 8742 de 1993).

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE
JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO
ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 44-1 / 40-2 / 60-3 / 40-4 INDEFERIDO

De acordo com a lei Maria da Penha (Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - Lei nº 11.340/2006), a mulher vítima de violência poderá, se necessário, afastar-se do trabalho, garantindo-se a manutenção do seu vínculo trabalhista por até seis meses. Sendo, portanto, a única alternativa correta à questão em tela aquela que faz menção a esse direito ao afastamento garantido em lei.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 48-1 / 55-2 / 37-3 / 33-4 INDEFERIDO

A Resposta correta à questão é a que cita o respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência no âmbito do trabalho. Uma das finalidades da lei é a garantia de condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho, para tanto é condição necessária a garantia de ambientes acessíveis e inclusivos.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE
JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO
ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 52-1 / 43-2 / 55-3 / 31-4 INDEFERIDO

Segundo a análise de José Paulo Netto, a intenção de ruptura surge para romper com o visão/atuação tradicional no Serviço Social, já que tinha um caráter de oposição a autocracia burguesa e a perspectiva modernizadora em fins da década de 1970 e início da década de 1980, quando a profissão busca assumir novas bases teórico-metodológicas e uma prática orientada por um projeto profissional crítico, Daí a resposta correta à questão é a que se refere à “intenção de ruptura” ao enumerar traços deste movimento da profissão no enunciado/pergunta.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 55-1 / 52-2 / 31-3 / 60-4 INDEFERIDO

A resposta correta é a que menciona que, entre as causas pelas quais a violência contra a criança e o adolescente segue comum no país, estão a legitimação da privacidade das famílias e o silêncio dos profissionais que lidam com tais questões nos serviços/instituições. Esta constatação constitui um consenso entre os estudos realizados e publicados sobre o tema no país.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE
JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO
ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 60-1 / 36-2 / 39-3 / 54-4 INDEFERIDO

A questão indaga sobre o conceito de interdisciplinaridade, cuja ideia principal é a unidade e convergência entre campos científicos distintos para a construção de um novo conhecimento, ressaltando-se que os campos de saber distintos permanecem válidos, à medida que as áreas de conhecimento específicas não se fundem e nem deixam de existir enquanto ciências autônomas, mas se complementam na busca de um novo conhecimento de cunho interdisciplinar frente a problemas complexos, onde uma área de conhecimento sozinha se mostra insuficiente. Assim a única resposta correta à questão é a que traz esses elementos explicativos, qual seja “reorganização do conhecimento em uma visão de convergência sem que os campos de conhecimento particulares percam a sua validade”. Todas as demais alternativas à questão contêm elementos incorretos e não condizentes com a construção da interdisciplinaridade de acordo com o já consolidado debate acadêmico-científico sobre o tema.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE ANALISTA
JUDICIÁRIO – ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO PARA SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO - RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

• **TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO:**

Questão nº 62-1 / 70-2 / 65-3 / 63-4- **INDEFERIDO**

Impugnação: existência de duas alternativas corretas para a questão (1 recurso).

Fundamentação da decisão:

A questão apresenta um caso hipotético e previa o conhecimento as funções essenciais à justiça nos termos da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

Nos termos do art. 115, inciso III, da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, *“competem à Procuradoria-Geral do Estado a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado, além de outras atribuições que lhe forem cometidas por lei, especialmente: III - promover a unificação da jurisprudência administrativa do Estado;”* Desta forma o gabarito da questão está correto, pois Joel é Procurador do Estado e poderá exercer a função descrita pela alternativa, tendo em vista a atribuição dada pela Constituição Estadual.

A alternativa “a” está errada, pois Assis é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a atribuição para propor orientação jurídico-normativa para a administração pública, direta e indireta, compete aos membros da Advocacia-Geral do Estado, conforme art. 115, inciso I, da Constituição Estadual, não sendo competência dos membros do Ministério Público.

A alternativa “b” menciona que Joel, Procurador do Estado, é competente tanto para exercer controle externo da atividade policial quanto das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais, entretanto, conforme art. 111, II e IV da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, estas funções são privativas dos membros do Ministério Público, razão de estar incorreta.

Já a alternativa “d” está errada, pois a competência descrita na alternativa é própria do Ministério Público, estando prevista pelo art. 111, III, da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, órgão no qual trabalha Assis.

A última alternativa (“e”) diz que Assis é competente para oferecer orientação jurídica e defesa dos necessitados em todos os graus de jurisdição, entretanto, esta competência é dos Defensores Públicos, nos termos do art. 120, da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, cargo ocupado por Afonso e não Assis. Incorreta a alternativa.

Assim, a Comissão, por unanimidade, deliberou pela **manutenção** do gabarito.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE ANALISTA
JUDICIÁRIO – ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO PARA SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO - RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

• **TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO:**

Questão nº 64-1 / 63-2 / 68-3 / 65-4- **INDEFERIDO**

Impugnação: existência de duas alternativas corretas para a questão (1 recurso).

Fundamentação da decisão:

No caso é abordado um caso hipotético e se baseia no assegurado pelo art. 77, do Código de Processo Civil e não “Capítulo II do CPC, Seção I, Artigo 14” como refere o recorrente.

A questão e seu gabarito, alternativa “e”, correspondem exatamente ao previsto no inciso IV c/c § § 1º e 2º, do art. 77, ou seja, prevê que é dever da parte, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais e, nesta hipótese, o juiz advertirá qualquer das partes de que sua conduta poderá ser punida como ato atentatório à dignidade da justiça e, ainda, separa como ato atentatório à dignidade da justiça, somente os incisos IV e VI do art. 77.

Veja-se que os demais incisos do artigo referido não se enquadram como ato atentatório à dignidade da justiça, não estando correta a alternativa “c”, pois produzir prova inútil ou desnecessária à defesa do direito está previsto no inciso III do art. 77 do CPC e não corresponde a ato atentatório à dignidade da justiça.

Assim, a Comissão, por unanimidade, deliberou pela **manutenção** do gabarito.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE ANALISTA
JUDICIÁRIO – ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO PARA SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO - RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO:**

Questão nº 66-1 / 71-2 / 74-3 / 69-4- **INDEFERIDO**

Impugnação: existência de duas alternativas corretas para a questão (10 recursos).

Fundamentação da decisão:

O enunciado da questão traz um caso referente à escuta especializada e depoimento especial de menor, regulados pela Lei nº 13.431/2017.

Em análise, constata-se que o gabarito está correto, pois a alternativa “b” dispõe que: *“A lei faculta a Rita de Cássia prestar o depoimento especial diretamente ao juiz Henrique, se assim o entender.”*, sendo exatamente o que assegura o §1º, do art. 12, da referida Lei.

A alternativa “a” está incorreta, pois a assistente social, como profissional especializada, não realiza depoimento especial e sim realizará escuta especializada que é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade - art. 7º. O depoimento especial é colhido somente pela autoridade policial ou judiciária - art. 8º (alternativa “c” errada).

Já a “d” diz que *“a lei veda totalmente que o depoimento especial de Rita de Cássia seja realizado mais de uma vez.”*, mas o art. 11 dispõe que sempre que possível será realizado uma única vez. Dessa forma, não há vedação expressa de que o depoimento especial do menor deverá ser realizado somente uma vez.

Por fim, a alternativa “e” também se encontra incorreta, pois cabe ao juiz tomar todas as medidas apropriadas para a preservação da intimidade e da privacidade do menor, não havendo tal restrição na lei ao profissional especializado que no caso é a assistente social. O art.12, §2º é claro ao dispor: *“O juiz tomará todas as medidas apropriadas para a preservação da intimidade e da privacidade da vítima ou testemunha.”*

Por estas razões, a Comissão, por unanimidade, deliberou pela **manutenção** do gabarito.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE ANALISTA
JUDICIÁRIO – ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO PARA SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO - RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

• **TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO:**

Questão nº 67-1 / 67-2 / 64-3 / 68-4- **INDEFERIDO**

Impugnação: existência de duas alternativas corretas para a questão (2 recursos).

Fundamentação da decisão:

No caso fático apresentado pelo enunciado, a alternativa dada como certa pelo gabarito (“d”) está prevista no art. 112, §3º, V, da Lei nº 7.210/1984, que dispõe que no caso de apenada gestante ou mãe/responsável por criança ou pessoa deficiente, para obter a progressão de regime, deverá cumprir, cumulativamente, os requisitos elencados, constando entre um dos cinco requisitos não ter integrado organização criminosa.

Os recorrentes afirmam que a alternativa “e” também está correta, entretanto, no próprio enunciado é discorrido que a apenada é mãe de criança de cinco anos e está no sexto mês de gestação de seu segundo filho, enquadrando-se no §3º do art. 112 da referida lei, sendo que outro requisito pelo §3º é não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa. E, a alternativa “e” menciona que mesmo cometendo crime com violência ou grave ameaça a pessoa, a apenada terá direito à progressão, o que afronta a Lei nº 7.210/1984.

Nesse sentido, o gabarito está correto.

A Comissão, por unanimidade, deliberou pela **manutenção** do gabarito.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE ANALISTA
JUDICIÁRIO – ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO PARA SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO - RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

- **TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO:**

Questão nº 70-1 / 75-2 / 67-3 / 71-4- **INDEFERIDO**

Impugnação: existência de duas alternativas corretas para a questão (1 recurso).

Fundamentação da decisão:

O direito à saúde previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), em seu art. 18, §4º, VII, assegura o direito a ações e serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência, dentre outros: a atenção sexual e reprodutiva, incluindo o direito à fertilização assistida. Exatos termos da alternativa “a”.

Já as demais alternativas se encontram incorretas, pois o enunciado pede o que é assegurado pela lei através de ações e serviços de saúde pública e as restantes dispõem sobre o assegurado pelo art. 19 e seus incisos, ou seja, sobre a competência do SUS em desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, matéria não postulada no enunciado.

Destarte, a Comissão, por unanimidade, deliberou pela **manutenção** do gabarito oficial.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE ANALISTA
JUDICIÁRIO – ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO PARA SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO - RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

• **TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO:**

Questão nº 71-1 / 69-2 / 75-3 / 73-4- **INDEFERIDO**

Impugnação: existência de duas alternativas corretas para a questão (4 recursos).

Fundamentação da decisão:

O gabarito oficial deve ser mantido, pois o enunciado postula qual o ente competente para a prestação de assistência especial, cujos filhos recém-nascidos apresentem qualquer tipo de deficiência ou patologia crônica que implique tratamento continuado, constatada durante o período de internação para o parto e, o art. 75, da Lei nº 13.320/2009, refere que neste caso compete aos hospitais e as maternidades situadas no Estado do Rio Grande do Sul:

Art. 75. Os hospitais e as maternidades situados no Estado do Rio Grande do Sul prestarão assistência especial às parturientes cujos filhos recém-nascidos apresentem qualquer tipo de deficiência ou patologia crônica que implique tratamento continuado, constatada durante o período de internação para o parto.

Não sendo competência do estado, da secretaria da saúde ou dos serviços residenciais terapêuticos, sendo que a lei dá outras competências para estes órgãos, diversas da competência atribuída aos hospitais e maternidades do Rio Grande do Sul.

Assim, a Comissão, por unanimidade, deliberou no sentido de **manutenção** do gabarito.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE ANALISTA
JUDICIÁRIO – ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO PARA SERVIÇO SOCIAL**

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO - RECSEL

**- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE
ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:**

• **TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO:**

Questão nº 72-1 / 61-2 / 62-3 / 66-4- **INDEFERIDO**

Impugnação: má formulação do enunciado, não apresentando informações completas (5 recursos).

Fundamentação da decisão:

A questão recorrida aborda a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e traz um caso fático envolvendo o art. 5º da Lei e, conforme constatado o gabarito oficial está correto, pois Murilo foi quem cedeu seus dados pessoais para a celebração do contrato realizado com a pessoa jurídica, então, Murilo é o titular (inciso V- pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento).

Já Valéria, pessoa que entrevistou Murilo e colheu todos os dados necessários para a celebração do contrato, é a encarregada (inciso VIII- pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

Apesar de não estar explícito no enunciado que Valéria era a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação, a questão é clara ao mencionar que Valéria foi quem atendeu Murilo para colher seus dados pessoais e, posteriormente, repassou para Juliano, visto que este é o operador (VII- pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador) responsável por realizar o tratamento de dados em nome do controlador, conforme bem explicado no enunciado.

E Bárbara é a controladora (VI- pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais) quem recebeu os dados pessoais de Murilo emitidos pelo operador Juliano.

Destarte, o enunciado não foi vago quanto as informações prestadas. Cabia ao candidato o estudo sobre cada inciso do art. 5º da LGPD.

Assim, a Comissão, por unanimidade, deliberou pela **manutenção** do gabarito oficial.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL E DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2022- DDP – SELEÇÃO – RECSEL

- RECURSOS REFERENTES AO GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL:

- **MICROINFORMÁTICA**

CORRELAÇÃO DAS QUESTÕES: 78-1 / 80-2 / 79-3 / 80-4 INDEFERIDO

A questão está clara e objetiva e atende ao item Funções de Contagem da ementa do edital do concurso. Segundo Helder Satin e André Fioravanti, no livro Manual Completo de Informática para Concursos, p.42, Quarta Edição, Editora Foco, 2021, a função =CONT.NÚM (intervalo) conta o número de células em um intervalo que contém números. A função não contabiliza o valor que está na célula e sim quantas células com valores numéricos estão contidas em um intervalo definido. No caso, a questão busca saber se o candidato sabe utilizar a função de contagem CONT.NUM em um intervalo considerado de B2 até F4 que contém 8 células com valores numéricos (B2, C2, E2, B3, D3, F3, C4 e F4). Certamente, Ana ao inserir a fórmula para obter o resultado utilizou a tecla enter ou tab. O fato de teclar enter ou tab para obter o resultado não é relevante para a questão. O que se deseja saber é se o candidato sabe utilizar uma função de contagem de valores numéricos. Portanto, a resposta correta é 8.